



355

*[Handwritten signature]*

**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CANHOBA**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2020**

**JUSTIFICATIVA**

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE **CANHOBA**, ESTADO DE SERGIPE, instituída através de **Portaria N.º 01/2019, de 02 de outubro de 2019**, vem em atendimento ao Art. 26, caput da Lei N. 8.666/93, e em conformidade com o art. 25, Inciso II da Lei Federal N.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1993 e suas alterações, e Resoluções do TCE, reuniu-se nesta Câmara Municipal, que consiste na Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica nesta Câmara Municipal, compreendendo: Consultoria relacionada a Lei Jurídica de Responsabilidade Fiscal, Consultoria relacionada as licitações, Contratos e Convênios( Lei N. 8.666/93) com emissão de Parecer, acompanhamento de processos junto ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Assessoria na elaboração de minutas de Projetos de Lei, Decretos, Portarias, Contratos, Resoluções, etc.; Pareceres junto as comissões permanentes, acompanhamento das seções na Câmara Municipal, e demais que possam fazer parte integrante deste instrumento, no período de 02 de janeiro de 2020 e termino previsto para 31 de dezembro de 2020, analisarmos a formalização do Processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2020**, visando a contratação a Empresa **LIMA & FREIRE ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME**.

Sabe-se que a Câmara Municipal de Canhoba, por força da Constituição Federal, se sujeita ao Estatuto das Licitações e Contratos, máxime quando se utiliza de recursos provenientes da Fazenda Pública.

Analisando-se, os requisitos exigidos para se configurar a inexigibilidade vêem-se que tanto o objeto do contrato – contratação de serviços de assessoria e jurídica, que se pretende contratar apresenta os requisitos essenciais e legais;

Esta comissão vem apresentar a justificativa de inexigibilidade, conforme preceitua a lei de contrato e licitações nos termos da Lei N. 8.666/93:

- Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
- I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;
  - II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no artigo 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;
  - III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- § 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

*[Handwritten signatures]*



356  
way

**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CANHOBA**

**I – JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Para que algo seja compatível com o outro, é preciso que haja uma coexistência harmoniosa entre ambos; assim, para que um preço seja compatível com o mercado, é preciso que exista, pelo menos, outros, de mesmo porte e capacidade, que preste, exatamente o mesmo serviço e apresente um preço similar ao primeiro. No caso a Empresa LIMA & FREIRE ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME, em sua forma de execução e especializados, não cabendo, portanto, comparativos, verificados, facilmente, pela unicidade e individualidade dos serviços a serem prestados, tornando seus preços, pela não coexistência, impossíveis de comparação, em virtude da especificidade dos serviços e dos profissionais, entretanto preços dentro do parâmetros aceitáveis e no mesmo patamar dos preços praticados por outros. Ademais, o serviço a ser executado é ímpar e depende de alta especialidade técnica para executá-lo, tornando-o singular, não permitindo, assim, comparações, por ser, também, individualizado, de acordo com cada profissional que realize, pois, como bem obtempera o Prof. Jorge Ulisses, *“todo profissional é singular, posto esse atributo é próprio da natureza humana”* sendo que o profissional a ser contratado, possuem conhecimento profundo nesse campo, levando-se em consideração a sua vasta experiência. Ademais os preços apresentados pelos serviços a serem prestados encontram-se dentro de parâmetros aceitáveis e de acordo com o praticado no mercado.

**II - RAZÃO DA ESCOLHA**

Trata-se de profissionais com bastante experiência e consagrados pela crítica especializada e pela opinião pública, com conceito de notória especialização, comportamento ético exemplar, e enquadra-se nos dispositivos enumerados na Lei de Licitações e Contratos, que é de interesse público e visando a realização do bem comum, com ampla experiência nessa área.

A lei 8.666/93 em seu art. 25, II é bastante clara nos possibilitando a contratação direta, e quanto ao profissional preenche todos os requisitos conforme documentação apresentada que se exige para sua contratação, e apresenta os requisitos: Consultoria relacionada a Lei Jurídica de Responsabilidade Fiscal, Consultoria relacionada as licitações, Contratos e Convênios( Lei N. 8.666/93) com emissão de Parecer, acompanhamento de processos juto ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Assessoria na elaboração de minutas de Projetos de Lei, Decretos, Portarias, Contratos, Resoluções, etc.; Pareceres junto as comissões permanentes, acompanhamento das seções na Câmara Municipal, e demais que possam fazer parte integrante deste instrumento.

Que o profissional e/ou empresa possui especialização na realização do objeto nos moldes aqui pretendidos, e esta empresa desenvolve todos os requisitos, de forma que fizemos sua contratação e conforme documentação acostada dos serviços desempenhados em diversas Cidades.

**III - ASPECTO LEGAL**

A proposição em apreço encontra respaldo preceituado, no art. 25 inciso II do vigente estatuto das licitações. Com base na Lei 8.666/93, em seu artigo 25, inciso II, e Resoluções do TCE sugere que a adjudicação seja feita com a Empresa LIMA & FREIRE ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME, por inexigibilidade de Licitação que tem como valor global R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), estar de acordo com os preços praticados no mercado e vantajoso para o Erário, estando pois, atendida a exigência do art. 26, parágrafo único - III, da Lei 8.666/93 e atualizada pela Lei 8.883/94.

CONSIDERANDO, que a inviabilidade de licitação, ocorre diante da impossibilidade jurídica ou técnica de competição, e na realidade é uma das hipóteses de excepcionalidade a regra que se refere o art. 3º, da Lei 8.666/93, da qual se obriga a Administração Pública de sempre licitar.

CONSIDERANDO, que os serviços a serem prestados, são daqueles que taxativamente se arrima nos perfilhados no art. 13, o que com precisão, encontra amparo no inciso III, do mesmo artigo, porquanto, os serviços de assessoria ou consultoria e auditorias financeira ou tributárias, estão elencados naquele dispositivo legal, o serviço contratado de Serviços de

way      *[Signature]*



357  
Wgy

**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CANHOBA**

Consultoria e Assessoria Jurídica nesta Câmara Municipal compreende: a Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica nesta Câmara Municipal, compreendendo: Consultoria relacionada a Lei Jurídica de Responsabilidade Fiscal, Consultoria relacionada as licitações, Contratos e Convênios( Lei N. 8.666/93) com emissão de Parecer, acompanhamento de processos juto ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Assessoria na elaboração de minutas de Projetos de Lei, Decretos, Portarias, Contratos, Resoluções, etc.; Pareceres junto as comissões permanentes, acompanhamento das seções na Câmara Municipal.

CONSIDERANDO, que em muito boa hora, o parágrafo primeiro, do Art. 25, da Lei de Licitações, delimitou a questão da notória especialização, ao dispor:

“Considera-se notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organizações, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto contratado.” (o destaque é nosso)

CONSIDERANDO, que a Empresa LIMA & FREIRE ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME , conserva um comportamento ético exemplar e um bom entendimento com os órgãos públicos, no campo da sua especialidade, preenche os requisitos estabelecidos no Art. 25, § 1º, do Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos.

Ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Canhoba, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, que dá espécie ao Processo de Inexigibilidade de Licitação, após o que deverá ser publicada no mural desta Casa Legislativa.

Câmara Municipal de Canhoba, 02 de janeiro de 2020.

*Carla da Macena Matos*

CARLA DA MACENA MATOS  
Presidente da Comissão de Licitação

*Woney Theodoro dos Santos*  
WONEY THEODORO DOS SANTOS  
Membro

*Juliete Santos de Oliveira*  
JULIETE SANTOS DE OLIVEIRA  
Membro

RATIFICO a presente JUSTIFICATIVA e, por conseguinte, aprovo o procedimento.  
Publique-se.

Canhoba, 02 de janeiro de 2020.

*Adelson Guimarães de Andrade*  
ADELSON GUIMARÃES DE ANDRADE  
Presidente da Câmara



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CAMARA MUNICIPAL DE CANHOBA  
ADMINISTRANDO COM ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

PARECER Nº 01/2020

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE nº 01/2020

OBJETO: Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica e legislativa.

BASE LEGAL: Art. 25, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações

Funda-se o presente Parecer acerca da análise da Inexigibilidade de Licitação e minuta do respectivo Contrato, cujo objeto é a prestação de serviço de assessoria jurídica para esta Casa Legislativa abrangendo acompanhamento de processos e atuação em juízo, assessoria jurídica para prevenção de demanda judiciais, elaboração de pareceres jurídicos e demais inerentes e atividade de foro, conforme consta em proposta, pelo período de 12 (doze) meses.

A Lei nº. 8.666/93, em seu art. 25º, II e §1º, estabelece, *ipsis literis*:

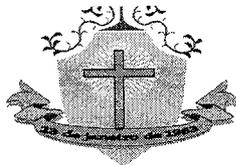
*“Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*(...)*

*II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade ou divulgação;*

*(...)*

*§1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”*



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CAMARA MUNICIPAL DE CANHOBA  
ADMINISTRANDO COM ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Reportemo-nos, agora, ao mencionado art. 13º, em seu inciso III, com a redação dada pela Lei nº 8.883/94:

*“Art. 13 – Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:*

*(...)*

*III – assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*

*(...)”*

Portanto, a Lei estabelece que a contratação aqui pretendida pode-se realizar da forma aqui a ser efetivada, conforme pode se depreender da exegese dos supramencionados dispositivos legais.

A Legislação infraconstitucional aponta pela inexigibilidade, onde se deflui do *caput* do artigo 25º, e seus incisos que é vedada a deflagração do Processo, porquanto lhe falta o requisito essencial à sua procedibilidade, ou seja, a competição, sem a qual a Licitação seria uma burla, ou então, ainda, desnecessária, em virtude de requisitos especiais que tornem inviável o procedimento licitatório, ante a falta de objetividade nos critérios de julgamento, além de outros, situação demonstrada na presente pretensão.

A Justificativa de Inexigibilidade de Licitação apresentada preencheu todos os requisitos estabelecidos em Lei para que a mesma se configurasse, inclusive mediante as fartas explanação e documentação apresentadas, em consonância com o objeto pretendido.

Insta salientar que a empresa objeto da presente inexigibilidade atua precisamente nesta área, sendo especializada na assessoria de órgão da Administração, possuindo, portanto, os requisitos necessários, tais como: a **especialidade dos serviços** e



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CAMARA MUNICIPAL DE CANHOBA  
ADMINISTRANDO COM ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

especialização técnica dos profissionais, devidamente demonstrada pela documentação acostada.

Esse entendimento encontra amparo na Jurisprudência dominante, senão vejamos um caso concreto constante do Acórdão nº 20148731, *in verbis*:

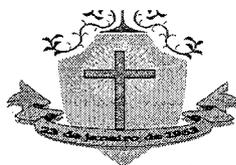
***Constitucional e Administrativo – Ação Civil Pública – Contratação irregular de serviços advocatícios – Ausência de licitação – Hipótese de inexigibilidade do certame – Configuração – Situação prevista no art. 13, inciso V, c/c art. 25, inciso II e §1º, ambos da Lei nº 8.666/93 – Especificidade dos serviços prestados – Especialização técnica do escritório de advocacia contratado demonstrada – Inexistência de ato de improbidade administrativa – Sentença reformada.***

*I – Hipótese em que é imputada aos Recorrentes a prática de ato de improbidade descrita no art. 11 da Lei nº 8.429/92, que trata dos atos que atentam contra os princípios da Administração Pública na contratação direta de escritório de advocacia;*

*II – Os arts. 13, inciso V, e 25, inciso II e §1º, ambos da Lei nº 8.666/93 explicitam ser inexigível a licitação quando for necessária a contratação de serviços técnicos especializados quando o prestador for o mais indicado para a realização da tarefa almejada;*

*III – O caso dos autos revela que a contratação do escritório Apelante se deu para a realização de serviços jurídicos especializados, tendo o contratado demonstrada a sua especialização técnica na atuação da área respectiva, preenchendo, portanto, os requisitos necessários para tornar inexigível a realização da licitação;*

*IV – No caso específico de contratação de escritório de advocacia, a jurisprudência do STJ ainda prevê o requisito da relação de confiança existente entre o gestor público e os patronos contratados;*



363

Vez

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CAMARA MUNICIPAL DE CANHOBA  
ADMINISTRANDO COM ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

*V – Inexistente a prática de qualquer dos atos de improbidade administrativa descritos nos arts. 9º, 10 e 11 da LIA, impõe-se a reforma da sentença para julgar improcedentes, em relação aos recorrentes, os pedidos inaugurais;*

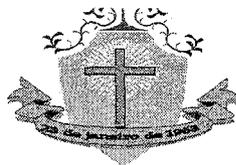
*VI – Recursos conhecidos e providos.*

Portanto, da análise da justificativa e minuta contratual que nos foram apresentadas, percebemos o atendimento dos requisitos legais, assim como que foram elaboradas esposadas pelas disposições contidas no art. 25º, II e §1º combinado com o art. 13º, III, no tocante à Justificativa, e art. 55º, e seus incisos, referentemente à minuta do Contrato, ambos da Lei nº. 8.666/93. Outrossim, é bem de perceber, ainda, a correta estipulação do prazo contratual, na forma do art. 57º, *caput* da Lei nº 8.666/93, sem a possibilidade de prorrogações sucessivas, atendendo a entendimento do Tribunal de Contas da União, o qual achamos por bem transcrever:

“Abstenha-se de renovar contratos de prestação de serviços técnicos especializados de consultoria com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, aplicável à prestação de serviços de natureza contínua.”  
(Acórdão 216/2004 – Plenário - TCU).

Por fim, não finalmente, cumpre observar que é obrigatória a análise das minutas, antes de se de deflagrar o procedimento licitatório, pelo Assessor Jurídico da Administração (art. 38º, VI e parágrafo único, Lei nº. 8.666/93), o que aqui se faz.

Finalmente, porém não menos importante, pela análise dos autos que nos foram apresentados e informações nele contidas, em especial a justificativa e minuta contratual elaboradas, não nos parece haver qualquer ofensa aos ditames e princípios legais aplicáveis ao procedimento, mormente a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tendo sido todos os preceitos alcançados, razão pela qual opinamos pela legalidade do procedimento.



362

Wey

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CAMARA MUNICIPAL DE CANHOBA  
ADMINISTRANDO COM ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

É o Parecer, *sub censura*.

Canhoba/SE, 02 de Janeiro de 2020.

01515E6170

PROCURADOR GERAL